

Pertinências em Torno da Prática do Docente de História e de Geografia

Prof.Esp. Josualdo de Meneses Silva

UPE\Faceteg

PREÂMBULO

O objetivo deste artigo é abordar alguns problemas pertinentes a prática do docente de História e de Geografia contribuindo para tanto na construção do debate envolvendo o ensino dessas duas disciplinas. Iniciando primeiramente por desfazer a confusão em torno da idéia feita sobre *Geohistória*. O outro corresponde a uma discussão sobre as condições dessa prática e as circunstâncias que as envolvem dadas tanto pela sociedade, por um lado, e pelo Estado por outro chegando a se refletir na prática do ensino de Geografia e de História no ensino fundamental e médio como também no de formação professores.

1. Geohistória: um panorama necessário

1.1. DO CAOS A CRIAÇÃO DE UM MUNDO DENTRO DO MUNDO E A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM MARCO NA DISCUSSÃO GEOHISTÓRICA.

A compreensão geográfica da História nos lança a reflexão histórica pensada sobre a Geografia e o homem. Não se trata de jogo de palavras, pois, “Entender geograficamente a História é (grifo nosso) pensar historicamente a Geografia” (ORTEGA e PELLOGIA, 2006. p. 2). Dito isso, iniciemos nossa discussão pelo campo da História.

De tão revolucionada, especialmente no último quartel do século XX, o ofício e prática do historiador tem nos levado a todos, leitores especialistas ou não, e professores interessados pelos grandes problemas da História a uma pergunta: a quantas andam a compreensão e noção sobre os meandros que envolvem a História e suas novas abordagens por parte dos profissionais envolvidos com a disciplina? Ouçamos uma das maiores vozes da historiografia francesa do século XX numa das muitas advertências: “algumas vezes se disse: ‘A história é a ciência do passado’[...] É erro dizê-lo no meu entender” e *continua*,

“[...] Ciência dos homens, dissemos nós. É ainda muito vago. Temos de acrescentar: dos homens no tempo” (BLOCH, 1976. p. 25, 29).

Mas, a propósito do tempo referido por Bloch, podemos pensar em vários tipos de tempo? Sim, o tempo físico, cronológico, cosmogônico, tempo histórico. Interessa-nos este último, o tempo histórico. O tempo histórico não pode ser pensado sem o espaço. O espaço que consideramos nesta breve reflexão é o *espaço geográfico*, palco de ações humanas. Não existe espaço geográfico sem homens. Se quisermos estudar eventos humanos em um dado tempo, devemos recorrer a Geografia, e localizar o tempo histórico no espaço geográfico e caracterizar o lócus das ações transcorridas.

Contrariamente a idéia do determinismo geográfico, geógrafos e historiadores contemporâneos são unânimes em rechaçar a herança de Ratzel e Haushofer. Por que nos filiamos àqueles outros e não estes? A explicação no caso não é tão simples. Devemos, entretanto mergulharmos no passado do homem em um *tempo e lugar*, quando este ainda encontrava-se na encruzilhada do início da sua caminhada. Nesse momento foi à cultura que o separou dos outros animais libertando-o das “forças cegas da natureza”. Podemos dizer de outro modo que o seu aparato biológico foi menos decisivo que o cultural para que desse modo evoluísse social, política e economicamente até os dias atuais.

Com seu aparato biológico limitado não podia competir com animais de porte. Não tendo garras, não tendo dentes apropriados para dilacerar, estrangular, pelos para se proteger do frio valeu-se da cultura. O que lhe possibilitou adaptar-se a qualquer ambiente, pois,

O animal vive, por assim dizer, imerso no mundo, ou seja, adaptado à natureza. Os resultados da transformação que opera não se separam dele, são como uma extensão do seu próprio corpo, pois sua atividade não implica uma decisão frente ao mundo. Ao fazer uma colméia, um ninho, uma casa de barro, o animal não está realmente criando produtos que sejam respostas aos desafios à sua sobrevivência – esses produtos submetidos à satisfação de uma necessidade física são, antes, respostas estímulos perante os quais toda a sua espécie se comporta da mesma maneira (AQUINO, 1980, p. 53).

Ou seja, diferente dos demais animais o homem está sempre apto a conceber formas abstracionais como respostas práticas aos desafios. Não foi o

que pensou Heródoto sobre o Egito quando se referindo aquele país disse: “O Egito é uma dádiva do Nilo”. Quem nomeou aquele rio e aquela cultura desenvolvida naquele espaço? Heródoto apertara antecipadamente a tecla do determinismo geográfico sem saber. Talvez desconhecesse que o homem dispusesse antes de tudo de cultura técnica para organizar o ambiente tornando-o num espaço geográfico aquilo que antes era um estado de paisagem natural. Ignorava o conceito que a geografia utiliza hoje amplamente o de *construção do espaço geográfico*. Neste caso a Geografia e a História se combinam e são indissociáveis. Ou seja, não andam separadas.

O espaço geográfico, construção humana, torna-se palco de suas ações. Ora, “o homem transforma a natureza com ferramentas que foram produzidas por ele, enquanto o animal opera seus próprios órgãos naturais” (AQUINO, op. cit. p 53). Disso, podemos concluir que nenhum espaço geográfico é, pois, resultado exclusivo das “forças segas da natureza”, mas proveniente das forças produzidas e engendradas pelo homem coletivamente numa relação combinada de esforços (físico e intelectual) mais tecnologia direcionados ao meio ambiente tornando-o um aliado para sua sobrevivência.

O Egito e a Mesopotâmia são exemplos clássicos nesse sentido daquilo que outrora estudiosos dos séculos XIX e XX convencionaram denominar de “modo de produção asiático” ou “civilizações hidráulicas”. Aquelas civilizações que há cem séculos AP¹, os primeiros grupos humanos de sapiens puseram os pés no delta do Nilo e respectivamente nos vales dos rios Eufrates e do Tigre. Tudo parecia “organizado” caoticamente. As águas aparentemente não apresentavam limites com a terra, se confundindo aos juncos, formando pântanos infestados de todo tipo de perigosos animais. Não se avistava terra e a ameaça a vida humana era um fato não uma suposição. Mas todo aquele “caos” foi reordenado pelo homem e o que era o caos fez-se a terra, ou melhor, um espaço geográfico, lócus das ações humanas. A criação da terra, um lugar e espaço geográfico em substituição daquilo que ideologicamente não possuía fronteiras.

¹ AP, “antes do presente”, por convenção, o presente é o ano de 1950, em referência à descoberta da datação por carbono-14, em 1952.

Filosoficamente, diríamos que, a partir do caos o homem constrói um mundo dentro do mundo, repleto de leituras, significados e interpretações. O que aparentemente era só lama, e material lodaçal, o caos foi sendo transformado, o que antes era mítico, hoje se entende a partir da construção de espaços geográficos pelo homem; construção que implica uma complexa teia de relações, palco e lugar de todas as suas ações históricas. Como narra Gordon Childe:

A terra sobre a qual as grandes cidades da Babilônia surgiram tinha, literalmente de ser criada. A precursora pré-histórica da Erech Bíblica foi construída numa espécie de plataforma de bambus, levantada sobre o lodo aluvial. O livro hebraico do gênese familiarizou-nos com tradições muito mais antigas, da condição prístina da Suméria – um “caos” no qual os limites entre a água e a terra seca ainda eram imprecisos. Um incidente essencial na Criação é a separação desses elementos. Não obstante, não foi nenhum deus, mas os próprios proto-sumerianos que criaram a terra: abriram canais para irrigar os campos e secar os pântanos... (CHILDE, 1981, p. 113).

Portanto, decorrente do exposto, somos levados a afirmar que a prática docente de Geografia e de História é indissociável, carecendo por isso ser reabilitada numa perspectiva Geohistórica cimentada pela interdisciplinaridade.

1.2. INGERÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Conceitos fundamentais como “cidadania”, formação moral, ética, *consciência histórica e ambiental* para o desenvolvimento da criança e do adolescente, exigidos pela sociedade contemporânea encontram-se circunstanciados pelo *travamento pedagógico* imposto institucionalmente pelo Estado. Referimo-nos as Matrizes Curriculares desde os idos dos anos 1970 e suas sucessivas e ininterruptas mudanças. Estas sofrem a cada governo e seus gestores, nos diversos níveis, intervenções ao sabor e gosto do estado brasileiro regidas sob a batuta de *organismos internacionais* a exemplo da ONU (Organização das Nações Unidas), OMC (Organização Mundial de Comércio) e congêneres, para sermos atuais. Sem entrar nos pormenores de omissões governamentais com a educação, tudo isso, traduz-se em ingerência política no funcionamento do sistema educacional. Essa situação se reflete projetando-se nos estados da federação.

Esse quadro que expõe a educação brasileira a uma situação vexatória diante das nações contemporâneas, causada, pela falta de suporte, pela omissão do Estado brasileiro à prática do ensino, e em particular, a de Geografia e História de muito tempo vem sendo testemunhada por estudiosos renomados da área.

Vejamos:

Durante dez anos (1989-1999) atuei como assessor de História do Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, rede de escolas técnicas do Estado de São Paulo [...] De fato, a imensidão da rede escolar pública e a falta de condições para interagir como os professores de forma regular e continuada já haviam me alertado para as dificuldades de implementação de inovações (FUNARI, 2005).

Na totalidade, as decisões políticas na área da educação produzem efeitos nada animadores. Tanto para a formação da personalidade dos jovens, quanto intelectualmente. No primeiro caso, a dimensão moral e ética, é afetada amplamente pela ausência de uma escola *humanística*. Cada dia mais, a escola é pressionada a se voltar para os interesses de mercado formando uma espécie de “homo economicus”. Nesse caso prevalecendo à péssima ética do dinheiro. A tradução para isso é a formatação de um homem imbuído de interesses monetários. O mínimo que podemos constatar de perverso nisso tudo pode ser referenciado, pois a prática do ensino de História e da própria Geografia se reduz ao interesse comercial como é possível constatar no dizer de Circe Bittencourt: “[...] a História continua existir em textos oficiais e em livros didáticos que crescem em títulos e circulação” (BITTENCURT, 2003, p. 14).

Envolta nessa situação, nossa escola continua sendo bancária, massificadora, voltada para as emergências desse mercado. Contrário a tudo isso é necessário uma nova consciência, uma nova postura dos profissionais em educação no âmbito da escola. Em particular os do ensino de Geografia e de História. Tais atitudes devem se constituir a partir de uma visão holística privilegiada de homem. Nesse sentido, a prática do ensino de História e de Geografia nas séries iniciais e no ensino médio deve ser admitida através da prática da Geohistória. Os professores de ambas as disciplinas devem ocupar-se de uma prática integradora não dissociada dos conceitos de ambas as ciências (História e Geografia), juntas constituem a dimensão geohistórica. Tema

recorrente como meio ambiente, por exemplo, não ocorre sem a presença do homem, sua transversalidade com outros temas, ética e cidadania, não ficam de fora desse contexto.

A consciência histórica implica no fortalecimento do caráter do cidadão, concorrendo para isto o *saber* histórico e geográfico, dimensões do conhecimento humano, fundamental na construção da sociedade e do país fortalecendo a identidade. Assistimos o caráter e a cidadania, ano após ano acabarem por serem obliterados, por forças políticas controladoras do Estado, deformando a construção de uma consciência crítica, mais madura e sólida, objetivos entre outros da Geografia e da História nas salas de aulas dos ensinos fundamental e médio.

2. DESCONHECIMENTO E AMNÉSIA DOMINAM A HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO BRASIL.

2.1. AS PONTES – I: OS DESCASOS NO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA.

O ensino de história constitui uma ponte na formação do caráter dos homens. A Geografia, outro saber integrado à consciência sobre o espaço e o ambiente hoje mais do que ontem. Mas, como andam essas pontes? Foram retirados, já de há muito tempo, espaços dessas duas disciplinas no interior das matrizes curriculares. Essa subtração revela um prejuízo devastador no que tange a prática de ensino dessas disciplinas como já vimos.

Tantas as inserções de disciplinas estranhas ao caráter da formação continuada dos jovens que a História e a Geografia acabam desbancadas, reduzidas há meros dois dias por semana. Se isso não bastasse, recentemente o atual Governo do Estado de Pernambuco confirmando o que até aqui já vimos dizendo, voltou à carga e enxertou o currículo do ensino fundamental e médio com temáticas. Estas, por força de decisão de governo, transformadas em disciplinas como é o caso do tema Meio Ambiente, e Estudo Religioso etc. Fatos como esses obrigam os professores de Geografia e História se transformarem em um coringa e utilizar práticas nada recomendáveis e contraproducentes as exigências feitas

por ambas às disciplinas em discussão; se admitida tal situação, a tendência, no futuro, serão descartar esses profissionais.

Vamos enveredar mais a nossa conversa neste ponto que é interesse particular dentro do geral. O ensino de História e Geografia queira ou não as autoridades governamentais responsáveis, são legitimamente ferramentas (pontes) que ligam os homens do presente aos homens do passado. A construção do presente não ocorre sem as ações pretéritas; é ilegítimo exigir dos jovens de hoje compreenderem sua conduta social e que se responsabilizem pela história que estão ajudando a construir como protagonistas, ao mesmo tempo em que não se sentem ligados às ações de sua ancestralidade, as suas raízes, imediatas ou remotas? Até aqui as mudanças que são introduzidas institucionalmente não são sentidas de maneira a satisfazer a prática real do ensino de Geografia e História no cotidiano, pois

A leitura dos programas curriculares pode deixar uma impressão de ambivalência e contradições quanto à dimensão de tais formulações, mas acreditamos que esta é uma condição inevitável considerando-se que as intenções do poder instituído e as da escola não são necessariamente coincidentes. Há clivagens e conflitos inerentes entre o currículo *preativo*, normativo e escrito pelo poder educacional instituído e o currículo como prática na sala de aula ou currículo interativo (GOODSON in BITTENCURT, 2003, p. 12).

Mergulhando mais o olhar para o foco micro do cotidiano da sala de aula, o descaso em relação ao ensino de história chega a tal nível que a expressão “não gosto de história do Brasil, pois não passa de um amontoado de datas e de nomes, uma decoreba; gosto mais de história antiga, egípcia e grega”. Isso tem se tornando corriqueiro entre os estudantes. E o ensino da Geografia! Decorar nomes de continentes, saber o que é um monte, uma serra, decorar nome de países, o que os mesmos produzem em escala mundial objetivando quando muito um vestibular numa banalização da Geografia e da História. Mas, ignorar os pontos cardeais, os fusos horários e a relação dos homens com os mesmos e meio onde vivem parecem coisas comuns, isso é, evasivas. Não é muito diferente a reação entre esses mesmos jovens, quanto à postura de desprezo com a ciência

geográfica e histórica. Tal atitude revela o desconhecimento, uma “amnésia” sobre a História e a Geografia e a importância de se conhecer a *construção do espaço geográfico* da nossa jovem nação.

2.2. AS PONTES – II: A Pré-história Brasileira como ferramenta e a retomada de uma nova consciência.

Jovem, o Brasil, gerações, uma após a outra, sucessivamente, vem ignorando seu *processo de construção*. Essa situação contribui para uma “formação” despojada de qualquer compromisso com o presente e com o futuro. A juventude atual, essa geração, passa a viver um *eterno presenteísmo*, faltando-lhes atitudes frente à coisa pública, fato perigoso, socialmente. Por se sentir desobrigada de qualquer responsabilidade social como cidadão e sujeito histórico. O que lhe restará então? O que o saber escolar lhe ofertará?

Essa geração,

[...] sem perceber liames com o passado e que possuem vagas perspectivas em relação ao futuro pelas necessidades impostas pela sociedade de consumo que transforma tudo, inclusive o saber escolar, em mercadoria. A história que é oferecida as novas gerações é a do espetáculo, pelos filmes, propagandas, novelas, desfiles carnavalescos... (BITTENCURT, 2003, p. 14).

Mas, existem responsabilidades a serem exigidas. Primeiro dos poderes educacionais responsáveis e segundo dos profissionais da área. É lamentável, o que ocorre no lado interno disso tudo. Ou seja, professores de importantes ciências como a História e Geografia, no ensino fundamental e médio, quebram continuamente as *pontes* que ligam nosso passado de 12 mil anos AP, ao de 508 anos apenas de formação da nação edificada sobre as bases de um Estado constituído após 1822. Falta-lhes as pontes Geohistóricas ligando tudo isso. A responsabilidade também é desses profissionais de Geografia e História em suas práticas. E as instituições superiores de formação desses professores? As faculdades de formação de professores não ficam de fora desse processo.

Lembremos os cursos de formação professores de História e Geografia nelas existentes, responsáveis também por falharem na construção desse processo ignorando essas pontes mencionadas mais atrás. Esses sintomas visíveis e sentidos são resultantes de mais de uma década de docência no ensino

superior; vivência discutida com colegas e estudantes da região agreste do estado de Pernambuco.

O espaço cedido ao ensino de História e Geografia nos dois níveis, o universitário e o básico, mesmo sabendo que o primeiro nível é de formação de professor, reduz-se, pela inflação pedagógica, ou seja, excesso de informações pedagógicas; em outras palavras um quinto do curso (1/5) e o democratismo hoje existente de salas superlotadas (60 alunos) reafirmando a massificação do ensino superior coisa de longa data condenada por eminentes pedagogos, a exemplo de Paulo Freire. Tudo isso resultando no baixo rendimento da formação acadêmica dos estudantes das duas disciplinas em discussão.

No segundo, no ensino básico, o fato ocorre de maneira ainda mais gritante. Além da redução dos espaços da História e da Geografia de suas ações nas escolas de ensino fundamental e médio, essas disciplinas sofrem ainda com o estrangeirismo eurocêntrico; por exemplo: ao estudar a Pré-história, à Europa lhe é dada ênfase e relevância. Rápida é a passagem pela África e as sociedades andinas “pré-colombianas”. Fato facilmente verificável nos livros didáticos do ensino fundamental e médio. Mas, o que dizer da Pré-história brasileira?

Nossa Pré-história, ponte do destino, fundamental na construção da identidade passa ao largo da base da história brasileira; sorte terá os alunos daqueles níveis de ensino referidos se, da parte de seus professores, houver compreensão, sensibilidade e compromisso para começar a por freios nas atitudes burlescas de autores e editoras. Sim, burlescas, pois não esqueçamos que na ponta inicial de todo o problema encontramos dois seguimentos responsáveis que não podemos deixar de considerar: autores e editoras. Todas centradas no sudeste do país. Um posicionamento contrário dos professores de Geografia e História quanto a esse fato é muito importante para mudança que se espera. O posicionamento deve ser iniciado com a mudança de postura, ou seja, não reduzir o livro didático a única ferramenta possível a ser trabalhada. Aí sim, podemos apostar na esperança de mudanças mais significativas. Pois é do conhecimento de todos os educadores seja do ensino superior ou do ensino médio que,

Um grande conjunto de variáveis pode ser responsabilizado pelo insucesso da renovação do ensino de História e de Geografia (grifo nosso), destacando-se, principalmente, o

descaso a que vem sendo submetida à educação brasileira por parte das autoridades governamentais. Na verdade, podemos afirmar que o quadro-negro ainda persiste na educação brasileira, muitas vezes como único recurso na formação do professor e no cotidiano da sala de aula. (SCHIMIDIT in BITTENCOURT, 2003, P. 54)

Sem a Pré-história do Brasil, ponte de ligação entre o passado e o presente, não haverá interesse no antes e pelo visto no presente vivo da nação. Vejamos quanto a isso como nos ajuda com sua observação o professor Pedro Paulo de Abreu Funari:

[...] tendo atuado na coordenação do curso de graduação em História da UNICAMP por um total de oito anos. Os alunos história estão sempre ávidos por conhecer toda a história, desde os primórdios da humanidade, a começar dos primatas e mais antigos ancestrais do ser humano. [...] Esse interesse por tudo, por toda imensidão temporal e geográfica da ação humana, é fundamental, pois significa que o aluno percebe como o seu cotidiano, nossa realidade brasileira atual, não pode ser bem compreendida sem a devida largueza de horizontes. É como se dissessem, com sua curiosidade por tudo, que intuem só ser possível entender a eleição de Lula sem entendermos as raízes históricas da nossa sociedade [...] Aí já deparamos com um grande desafio, desta vez, dos cursos superiores de História e Geografia (*grifo nosso*) formadores de professores, pois esse interesse pela totalidade [...] encontra algumas barreiras estruturais [...](FUNARI, 2005).

A Pré-história brasileira é condição básica, pré-requisito pedagógico para desenvolver auto-estima nas novas gerações e a (re)descoberta da nossa história. Tema que exige a interdisciplinaridade da Geografia com a História. Ignorar isso é aumentar as barreiras, tornando ainda mais obscuro, por exemplo, o conhecimento desse imenso espaço geográfico que denominamos de Nordeste ocupado a mais de 40 mil anos AP.

Re-inventariada pelos nossos arqueólogos, geógrafos e historiadores, a Pré-história do Brasil permite uma (re)leitura de toda nossa história “pré-cabralina”, e “cabralina” até os dias atuais. Descobrir novamente o Brasil é a “praia”, (re)visitando o passado e o ambiente de “Luzia”, andando pelo imaginário dos homens do *Boqueirão da Pedra Furada*, por exemplo. Ou mesmo, estudando os *grafismos parietais* de todo o nosso nordeste. Referência se faça aqui a *Furna do Estrago* em Brejo da Madre de Deus (PE), a Perda do Ingá na Paraíba, o Vale do Catimbau em Buíque (PE), as Itaquatiras do Sítio Boi Branco em Iatí (PE) e tantos outros jazigos arqueológicos localizados nos brejos de altitudes do nosso

agreste e em toda a depressão do São Francisco no misterioso sertão constitui-se uma nova retomada de consciência e postura na prática do ensino de História e Geografia.

É chegada à hora de vergarmos esse mito de que Pré-história só a Europa tem. Nossa geografia resguarda os registros históricos dos nossos antepassados em boqueirões, rios temporários, furnas, paredões de arenitos já desde 40 mil anos AP.

A mais ou menos 60 séculos, AP, toda depressão periférica do Rio São Francisco já se tem por certa a sua ocupação pelo o homem do pleistoceno, e do holoceno, muito antes da aventura européia aqui. Senão, lembremos outra vez, os vestígios parietais deixados no Vale do Catimbau (Chapada de São José) no município de Buíque em Pernambuco. Ou pelas Itaquatiaras do Boi Branco no município de Iatí, também em Pernambuco, belíssimos grafismos encontrados nas tradições, Agreste, Nordeste respectivamente pontes da nossa Geohistória a serem reunidas e estudadas para compreender melhor a História do Brasil. O rejunte dessas pontes do Brasil, a partir da nossa Pré-história construir-se-á um novo pensamento histórico. Construir outra História do Brasil é reler outra Geografia, outra Geohistória, isso é preciso.

A Geohistória combinada a outros conhecimentos trará de volta a discussão humanística sem se divorciar dos temas transversais como meio ambiente, cultura, multiculturalidade, etnias, patriotismo (não confundir com nacionalismo), direitos, cidadania todos esses temas sofrendo releituras à medida que são postos sob o crivo da Geografia e da História. Da Geohistória. Em outras palavras, a Geohistória contribuindo para o debate na reconstrução e redefinição de país. Mas, tudo isso não reflete ainda toda a dificuldade da prática docente dessas duas ciências nos dois níveis aqui apresentados. As pontes aqui referidas são ferramentas de uma nova consciência.

3. PARALELISMO DE MUNDOS: A FALTA DE DEBATE PELOS PROFESSORES NO ÂMBITO DA SALA DE AULA.

3.1. AS PERTINÊNCIAS DOS PROBLEMAS DA SOCIEDADE ATUAL OU A AUSÊNCIA DE ALMA POLÍTICA NOS CONTEÚDOS MINISTRADOS.

Mundos paralelos com vícios semelhantes parece encontrarem-se dentro da rota do “eterno retorno” Nietzscheano nos tempos de “globalização”. Queremos dizer que na Idade Média moldava a visão das pessoas sobre o mundo, o “mito da queda” consagrado pela Igreja medieval, “mídia” contemporânea àquele universo singular. Naturalmente que o imaginário dos homens daquele contexto, povoado de imagens, do seu tempo imprimiriam crenças, verdades e valorizações das práticas sociais então vigentes formatando desse modo os quereres sociais coletivos e individuais. No entanto, não podemos descuidar, e pensarmos que isso ocorresse de modo diferente às cabeças e mentes dos jovens adolescentes e crianças daquela época. Psicologicamente o “mito da queda” se constituía no paradigma sob o qual ninguém, nem mesmo os jovens estariam imunes.

As influências circulantes no meio social do *medievum* chegariam às mentes juvenis de uma forma ou de outra, tal qual, em épocas atrás, fomos influenciados por lendas (mito) como as de “comadre florzinha” ou no dito popular “cumade fulorzinha” etc. O contágio das mentes abordadas e bombardeadas por imagens criadas e recriadas com a força da circularidade cotidiana valorizam o mundo imediato de imagens dessas pessoas. A mediação entre o sentimento de saudade de um mundo ideal de suposta existência e o desejo de vê-lo realizar-se diante si fazem nas pessoas se desenvolverem necessidades sintomáticas. Foi assim no período nazista. As imagens promovidas pelo sistema colando uma à outra as mentes das pessoas parecendo fortalecidos por um suposto corpo único, os indivíduos se viam mimeticamente numa unidade. Essa unidade mimética fundada num ideário de um mundo perfeito a ser alcançado mais a frente. Na unidade cristã, esta, era cimentada por meio do “mito da queda”, recorrência a um mundo perfeito que se dispunha a frente do indivíduo que deveria aceitar essa opção ou cairia em desgraça.

A unidade hoje denominada de “globalização” referendando o mercado mundial tem na mídia o suporte para fazer com que todos os indivíduos desejem

fazer parte dessa nova unidade, mimeses desse mundo vitrinizado pelo fetiche da mercadoria, se sintam uno. Embora sejam mundos paralelos, o medievum e o atual “globalizado” nem por isso, esse último, deixa de está sob uma moldagem de um mundo. Pois,

O atual processo de globalização [...] por meio dos constantes bombardeios da mídia, ele contribuiu para a uniformização dos gostos e dos valores que supostamente se devem buscar. O estrategista de negócios Kenichi Ohmase chama isso de “californização” do gosto, que se observa principalmente nos adolescentes. Em todo mundo eles gostam de rap, dos jeans Levi’s e dos mesmos tênis esportivos. O impacto das influências é grande, pois elas moldam a visão dos jovens sobre o mundo (TORRES, 2008, P. 28).

A desconstrução dessa visão no âmbito da sala de aula para os professores de História e Geografia constitui-se num desafio novo e que exige desses profissionais uma nova postura. Esta deve passar pelo debate crítico, com alma política, permanente, sobre a sociedade em seu estágio atual, pontuando questões que aparentemente não deva ser alvo de discussão pelas disciplinas em tela. Questão como *cidadania* não deve deixar de ser acompanhada pela *droga* vendida logo na esquina pelo traficante, da bandidagem, etc. Temas que parecem ser casos de polícia, mas, que são do interesse da História e da Geografia. O tráfico de drogas tem histórias e espaços geográficos como é o exemplo das favelas cariocas. Outros temas como fome, desemprego, moradia, meio ambiente, também devem fazer companhia ao de cidadania e ética. O problema da fome, por exemplo, se cinge a questão social e histórica do capitalismo mundial, nacional, regional e local.

O tema meio ambiente é recorrente da Geografia, que passa pela fome, que passa pela falta de moradia, que passa pela ocupação desordenada do solo urbano etc. Em fim, a Geohistória se articula e se ergue dizendo aqui estou pronta para vos servir.

Bibliografia

AQUINO [et al]. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980, p. 53

BITTENCOURT, Circe (org.) **O Saber Histórico na Sala de aula.** São Paulo: 8 ed., Contexto, 2003, p. 163.

BLOCH, Marc. **Introdução à História. Europa América.** Portugal: Col. Saber, Portugal, 1976, p. 25, 29.

CHILDE, Vere Gordon. **A Evolução Cultural do Homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 113

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **O ensino de história no século XXI e a formação dos professores: duas experiências (texto).** Nethistória, [HTTP://www.nethistoria.com.br](http://www.nethistoria.com.br), 16/08/2005.

ORTEGA, Any Marise e PELLOGIA, Alex U. Goossens. **Manifesto Geohistórico: Entender Geograficamente a História, Pensar Historicamente a Geografia.** WWW.unimesp.edu.br (Boletim acadêmico dos Cursos de História e Geografia, Centro Universitário Metropolitano de São Paulo – FIG UNIMESP, Guarulhos Ano I, nº I, maio, de 2007, p. 1)

TORRES, Carlos Alberto (entrevista, p. 28). **Revista Nova Escola**, n. 212, São Paulo, maio, 2008.